

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 20938047 - ACC KITCOLOR
BELO HORIZONTE - MG
CNPJ....: 02287668000197 Ins Est.: 0627256480058
COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 15/04/2020 Hora.....: 16:08:34
Caixa.....: 96183459 Matrícula...: 1075*****
Lancamento..: 013 Atendimento: 00005
Modalidade..: A Vista ID Tiquete..: 1804805649

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SPP A VISTA E A FAT	1	25,80+
Valor do Porte(R\$)...	25,80	
Cep Destino:	39900-000 (MG)	
Peso real (KG).....:	0,230	
Peso Tarifado:.....:	0,230	
OBJETO=====>	OD312938932BR	
PE - 6 ED - S ES - N		
Nun. Documento..:		
N Processo:	002138030.2019.8.13.0017	
Orgao Destino:	CM DE ALMENARA	

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 25,80

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.
ED - Entrega domiciliar - Sin/Não.
ES - Entrega sábado - Sin/Não.
RE - Restrição de entrega - Sin/Não.

TOTAL(R\$)=====> 25,80
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 25,80

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.
VIA-CLIENTE

SARA 8.0.02



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE ALMENARA/MG

URGENTE

Processo n.º 0021380-30.2019.8.13.0017

TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL, inscrita na OAB/MG sob o n.º 170.449, nomeada Administradora Judicial nos autos da Recuperação Judicial de **HIPER FAROL EIRELI – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E JK LOCAÇÃO COMERCIAL LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, perante V. Exa., expor e requerer:

As Recuperandas requerem *Tutela de Urgência* a fim de que o Banco Itaú Unibanco S.A. promova a imediata transferência das quantias existentes e que vierem a ser depositadas na conta vinculada n.º 26781-7, agência 4067, para a conta principal do HIPER FAROL EIRELI, agência 4067, conta corrente n.º 26.341-0, bem como a suspensão imediata de qualquer bloqueio de valores creditados na conta vinculada, nos termos do art. 300 do CPC.



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Tal pedido foi fundamentado na alegação de que o Banco Itaú Unibanco S.A. de forma abusiva, autoritária, arbitrária e prejudicial às Recuperandas, além de promover desconto de numerários, está bloqueando os recursos oriundos dos cartões de crédito e débito.

Destacam que, quando celebraram contrato de crédito com a finalidade de utilização exclusiva para financiamento de necessidade de capital de giro, o banco criou outra conta bancária, vinculada à conta corrente principal, para receber os créditos dos depósitos provenientes dos cartões de créditos e débitos (Visa e Mastercard) e os transferir de forma automática para a conta principal.

Deste modo, diariamente, os valores provenientes dos cartões recebidos na conta vinculada (n.º 26.781-7) eram automaticamente transferidos para a conta principal (n.º 26.341-0) do HIPER FAROL EIRELI, onde ocorrem todas as operações mercantis da empresa, tais como pagamentos de folha de pessoal, fornecedores, prestadores de serviços, água, energia, telefonia, encargos tributários, recebimentos de vendas e outras movimentações financeiras.

Ocorre que, com o deferimento do processamento da recuperação judicial das empresas HIPER FAROL EIRELI e JK LOCAÇÃO COMERCIAL LTDA., em reiteradas decisões constantes dos autos, o Banco Itaú Unibanco S/A. foi instado a não efetuar os descontos das parcelas do financiamento concedido ao HIPER FAROL EIRELI, que eram liquidadas através dos valores dos créditos dos cartões, depositados na conta vinculada.

Não obstante o impedimento judicial para a realização daquele modo operacional de desconto direto na conta vinculada, o Banco Itaú Unibanco S/A, a partir de 23/03/2020, passou a efetuar bloqueios na conta vinculada das quantias oriundas dos cartões e não realizar a transferência automática de recursos para a conta principal, causando assim, prejuízos às Recuperandas.



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Como se pode observar dos extratos anexos, em 13/04/2020 existia na conta vinculada n.º 26.781-7 um saldo no valor de R\$ 1.011.241,09 (um milhão, onze mil, duzentos e quarenta e um reais e nove centavos), que não foram transferidos para a conta principal de n.º 26.341-0.

Pois bem.

As empresas HIPER FAROL EIRELI e JK LOCAÇÃO COMERCIAL LTDA. estão em recuperação judicial e, por isso, deve-se respeitar o *stay period* lhe conferido, de forma a possibilitar o seu real soerguimento.

Nesse sentido, com o objetivo de superação da crise, bem como de assegurar o resultado útil do processo de recuperação judicial, cujo interesse não é somente das Autoras, mas também da coletividade de credores, ante o risco de quebra, não há como admitir a ausência de transferência automática dos valores depositados na conta vinculada para a conta principal da Recuperanda, eis que tal atitude causa evidente prejuízo ao processamento da recuperação judicial, uma vez que a conta vinculada foi criada apenas para receber os créditos das operações com os cartões e não permite às Recuperandas realizar movimentações financeiras mercantis, pois tão somente admite a emissão de extratos para conferência e conciliação bancária.

Nesse sentido, é importante mencionar que esse d. juízo já determinou a suspensão dos descontos em decisão publicada em 08/11/2019, inclusive com a fixação de multa, conforme se observa do extrato a seguir:

(...) Por tais razões, **DEFIRO EM PARTE** o requerimento das Recuperandas para determinar a intimação do BANCO ITAU S.A. para que se abstenha de promover descontos de valores na conta bancária das Recuperandas, pena de multa correspondente ao dobro do valor indevidamente debitado. (...)



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Ora, é na conta principal que ocorrem todas as operações mercantis da empresa, tais como pagamento de folha de pessoal, fornecedores, prestadores de serviços, água, energia, telefonia, encargos tributários, recebimentos de vendas e outras movimentações financeiras.

Logo, a ausência do repasse destes valores para a conta principal das Recuperandas acarreta grandes prejuízos às empresas, bem como compromete a continuidade de suas atividades, eis que impossibilitada de realizar movimentações mercantis vitais para a manutenção de sua atividade dentre as quais, como já dito, o pagamento de seus funcionários.

Portanto, tratam-se os valores de bem essencial à atividade empresarial. De forma que, qualquer restrição ou retirada de bens essenciais à sua atividade impacta na condução do seu processo recuperacional.

Nesse sentido, guardadas as devidas proporções, é a jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PENHORA ON LINE - RISCO DE INVIABILIZAÇÃO DA CONTINUIDADE DAS SUAS ATIVIDADES - PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, embora o deferimento do processamento da recuperação judicial não tenha o condão de suspender as execuções fiscais, os atos que importem em constrição ou alienação do patrimônio da recuperanda devem ser obstados em homenagem ao princípio da preservação da empresa. 2. Desse modo, não há falar-se em constrição dos bens da agravada, sobretudo porque referido ato poderia inviabilizar o cumprimento do plano de recuperação previamente aprovado e, por conseguinte, prejudicar a superação da crise econômico-financeira da empresa. 3. Recurso não provido. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0231.16.003050-9/001, Relator(a): Des.(a) Raimundo Messias Júnior, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 04/12/2018, publicação da súmula em 14/12/2018, g. n).



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - PENHORA ON LINE - BLOQUEIO DE CAPITAL DE GIRO - INVIABILIDADE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA - PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE AO DEVEDOR - PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. O objetivo da execução é a satisfação do crédito e não a inviabilização da atividade econômica. Portanto, averiguado que a penhora em espécie irá trazer prejuízos irreparáveis à empresa, por exemplo, a inviabilização de seu funcionamento e, além disso, conforme documentos o montante será utilizado para a quitação de débitos trabalhistas, correto a liberação dos ativos bloqueados. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.17.081622-7/001, Relator(a): Des.(a) Newton Teixeira Carvalho, 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/06/2018, publicação da súmula em 28/06/2018, g.n).

Logo, em se tratando de retenção de valores essenciais à atividade das Recuperandas, esta Administradora Judicial entende ser indevida a suspensão das transferências de valores existentes na conta vinculada para a conta principal das Recuperandas, a fim de garantir a continuidade das suas atividades e o cumprimento do seu plano de recuperação judicial.

Ademais, importante destacar o notório cenário de calamidade pública decretado pelas autoridades governamentais, em razão da pandemia mundial provocada pelo coronavírus, cujas consequências já ultrapassam, e muito, o aspecto da saúde, dado o impacto causado pelas medidas de isolamento que vêm penalizando o mercado empresarial.

Tal quadro, mesmo que de forma precoce, já traz prejuízos à economia, visto a notória paralização do mercado mundial, o que se agrava em razão da situação recuperacional vivida pelas empresas.

Nesse ponto, a gravidade da conjuntura fática, aliada à situação de crise econômica pré-existente que ensejou, inclusive, o pedido de recuperação judicial, torna imperioso que todo o mercado se una para buscar minimizar os impactos da Covid-19 e, para tanto, todos deverão reciprocamente direcionar seus esforços no sentido de facilitar aos devedores o adimplemento de suas dívidas.

22



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Em razão disso é que o Conselho Nacional de Justiça aprovou, no dia 31/03/20, uma série de recomendações aos juízes e tribunais atuantes em processos de recuperação judiciais, a fim de orientar e uniformizar as medidas a serem adotadas visando mitigar os efeitos econômicos decorrentes das cautelas recomendadas pelas autoridades sanitárias para o controle da pandemia.

Dentre tais recomendações, se destaca a determinação de avaliar com prudência o deferimento de medidas de urgência, despejo por falta de pagamento e atos executivos de natureza patrimonial em ações judiciais que demandem obrigações inadimplidas, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.

Dessa forma, ante todos os argumentos levantados, esta Administradora Judicial opina no sentido de que:

1. Seja determinado que o Banco Itaú Unibanco S/A proceda à imediata restituição das quantias existentes na conta vinculada n.º 26.781-7, agência 4067, que, em 13/04/2020, totalizava o montante de R\$ 1.011.241,09 (um milhão, onze mil, duzentos e quarenta e um reais e nove centavos) para a conta principal do HIPER FAROL EIRELI, agência 4067, conta corrente n.º 26.341-0;
2. Seja determinada, de novo, a suspensão imediata de qualquer bloqueio de valores creditados na conta vinculada, nos termos do art. 300 do CPC, mantendo-se as transferências diárias dos valores da conta vinculada n.º 26.781-7, agência 4067, para a conta principal n.º 26.341-0, agência 4067, a fim de que os recursos financeiros sejam utilizados para a manutenção das atividades das Recuperandas e enfrentamento do período de crise, agravada pela pandemia provocada pelo Covid-19;



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

3. Seja novamente fixada multa para o caso de novo descumprimento pelo Banco Itaú Unibanco S/A, agora em valor maior, com incidência imediata para o caso de não cumprimento do item 1.

Ademais, esta Administradora Judicial informa que tomou ciência da concordância da empresa REAL CENTER SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI, para compor o polo ativo do procedimento recuperacional, motivo pelo qual **requer** seja deferida a consolidação substancial para o ingresso de referida empresa com a consequente publicação de novo edital previsto no artigo 52, § 1º, da Lei n.º 11.101, de 2005.

Na oportunidade, esta Administradora Judicial requer a juntada do Relatório Mensal de Atividades referente ao período de janeiro e fevereiro de 2020, bem como das notas fiscais emitidas em fevereiro e março de 2020.

Termos em que pede deferimento.

De Belo Horizonte/MG para Almenara/MG, em 15 de abril de 2020.

Taciani Campagnaro

TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL
OAB/MG 170.449
Administradora Judicial
02



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

J K LOCAÇÃO COMERCIAL LTDA E HIPER FAROL EIRELI

PERÍODO: JANEIRO E FEVEREIRO/2020

15.ABR.2020

SUMÁRIO



1. Introdução	pg 3
2. A empresa, sua crise e sua recuperação judicial.....	pg 4
3. Informações gerais	pg 5
3.1 Informações contábeis	pg 6
3.2 Informações financeiras	pg 10
4. Informações específicas	pg 13
4.1 Captação de financiamento.....	pg 13
4.2 Alta dos preços e poder de compra	pg 14
4.3 O caso Covid-19	pg 15
5. Conclusão	pg 16

.1

INTRODUÇÃO

Acerbi Campagnaro Colnago Cabral Administração Judicial, nomeada nos autos da Recuperação Judicial da J K LOCAÇÃO COMERCIAL LTDA e HIPER FAROL EIRELI – Em Recuperação Judicial (doravante denominado Grupo Hiper Farol), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar Relatório de Atividades referente à janeiro e fevereiro de 2020.

O presente está lastreado em elementos fornecidos pela Recuperanda, analisados em conjunto com a petição inicial e demais documentos acostados aos autos, assim como com os elementos apurados pela Administradora Judicial e pelo Perito, em conformidade com o previsto no artigo 22, II, “c”, da Lei n. 11.101/2005.

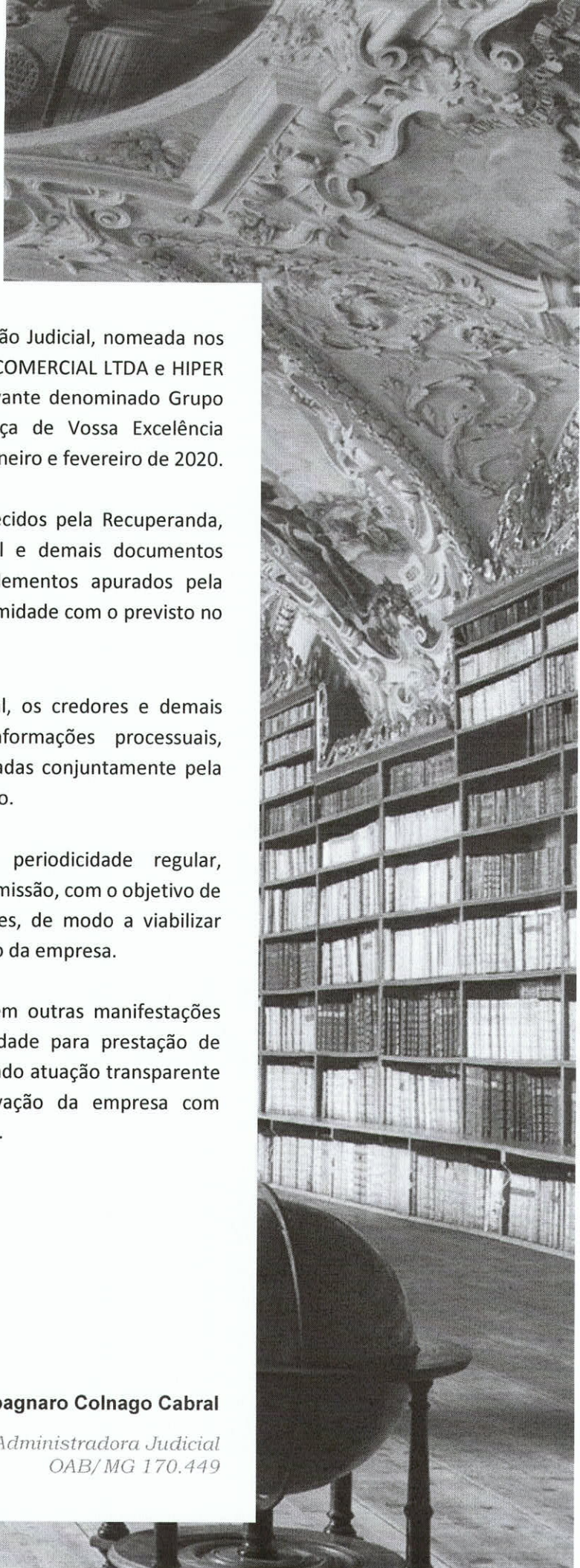
A partir deste relatório, o Juízo recuperacional, os credores e demais interessados terão acesso às principais informações processuais, financeiras e contábeis da Recuperanda, analisadas conjuntamente pela Administradora e pelo Perito nomeados pelo juízo.

A apresentação deste relatório observará periodicidade regular, abrangendo informações do período anterior à emissão, com o objetivo de complementação e comparação das informações, de modo a viabilizar adequado acompanhamento do quadro evolutivo da empresa.

A Administradora Judicial reitera, como feito em outras manifestações processuais e extraprocessuais, sua disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente e compromissada direcionada para a preservação da empresa com adequado atendimento aos direitos dos credores.

Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral

*Administradora Judicial
OAB/MG 170.449*



.2

A EMPRESA, SUA CRISE E SUA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As Recuperandas J K LOCAÇÃO e HIPER FAROL formularam pedido de recuperação judicial em 04 de abril de 2019, tendo sido deferido seu processamento em 09 de setembro de 2019, pelo Juízo da 1ª Vara Cível, Crime e VEC da Comarca de Almenara/MG, processo n.º 0021380.30.2019.8.13.0017.

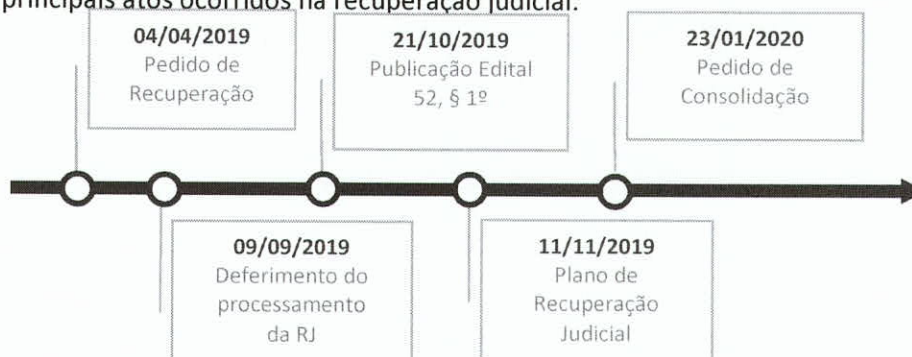
Fundadas em 1993 e 2016, respectivamente, a J K LOCAÇÃO e HIPER FAROL são empresas do segmento de aluguel de imóveis próprios e supermercado varejista, respectivamente.

Foram apontadas como causas da crise econômica das Recuperandas as seguintes circunstâncias:

- Captação de financiamentos para expansão do empreendimento;
- Alta dos preços dos produtos;
- Queda do poder de compra dos consumidores; e
- Instalação de novas redes de supermercados.

Registra-se que, em 23/01/2020, esta Administradora Judicial peticionou nos autos pleiteando o reconhecimento da consolidação substancial das autoras com a inclusão da sociedade REAL CENTER SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI, por tratar-se de mais uma integrante do grupo econômico, entretanto, o pedido ainda encontra-se pendente de apreciação.

Segue abaixo uma linha do tempo, na qual é possível identificar os principais atos ocorridos na recuperação judicial:



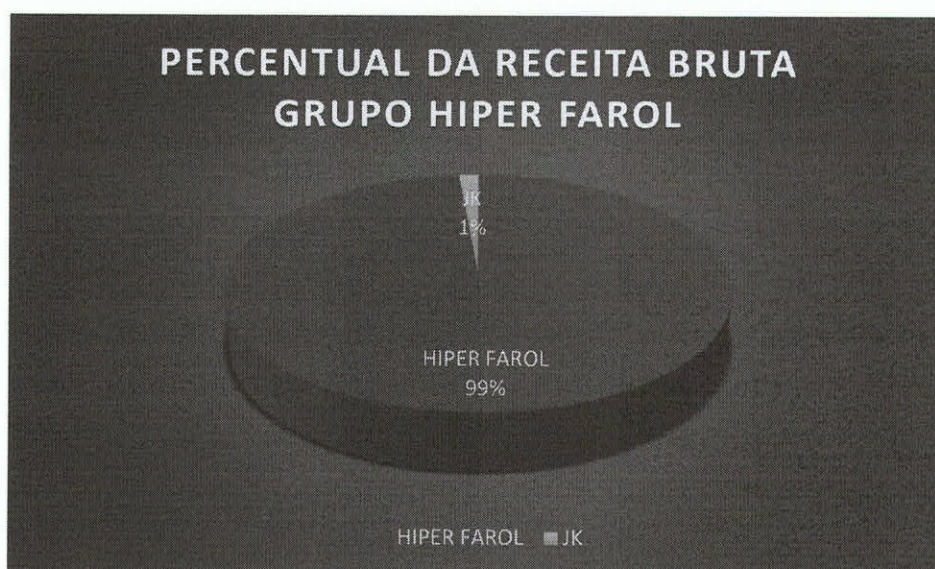
.3

INFORMAÇÕES GERAIS

O presente relatório apresenta informações contábeis e financeiras das empresas de forma individual e consolidada, tendo em vista que algumas contas analisadas serão peculiares à uma Recuperanda específica.

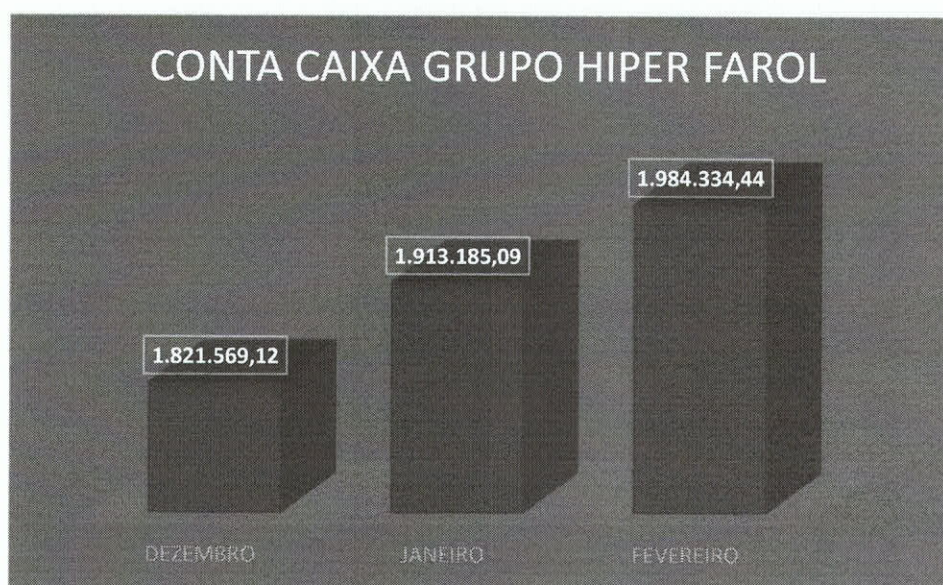
Tal medida decorre, a propósito, da percepção de que, no período analisado, o faturamento total do Grupo Hiper Farol foi representado em 99% (noventa e nove por cento) pelo HIPER FAROL e de apenas 1% (um por cento) pela J K LOCAÇÃO, o que indica sob qual personalidade jurídica se concentram as atividades empresariais do grupo.

É evidente, destarte, que tal fato haverá de ser sopesado no exame dos indicadores mencionados neste relatório.



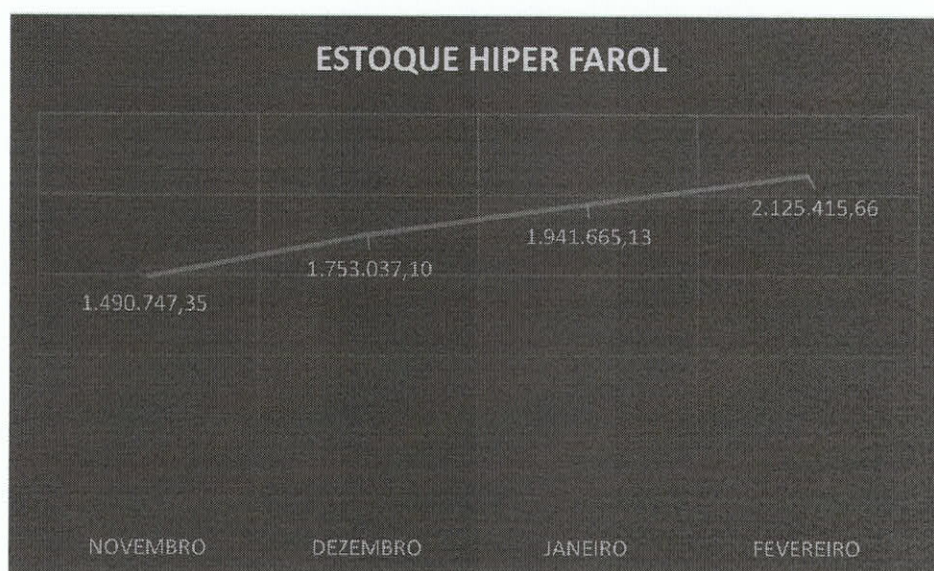
3.1 Informações contábeis

Em primeiro plano, analisando a conta Caixa do Grupo Hiper Farol, a mesma vem apresentando saldo elevado, tendo se elevado de R\$ 1.821.569,12 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e doze centavos), em dezembro de 2019, para R\$ 1.984.334,44 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), um saldo relativamente alto para a espécie de segmento contábil.

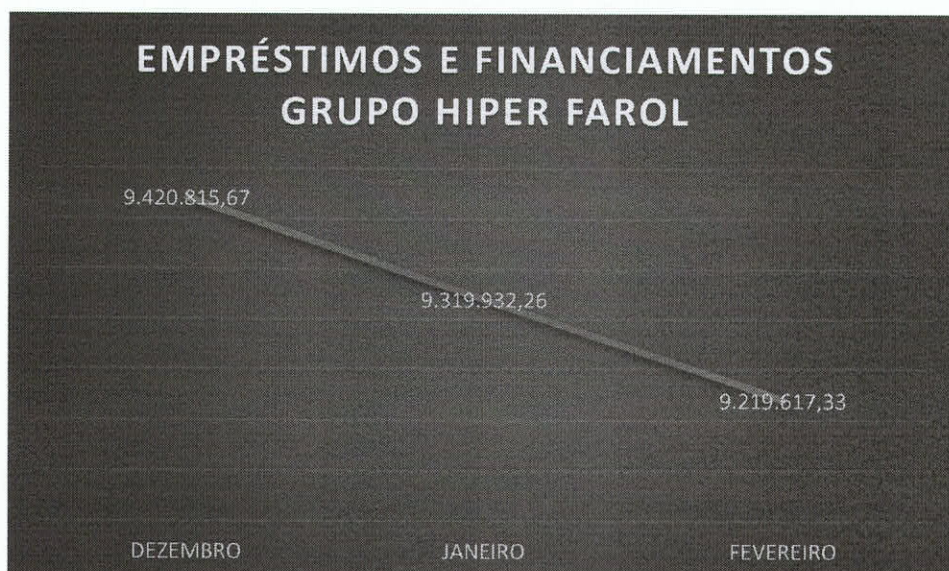


Tal inferência denota, a despeito da particularidade registrada, indicador favorável ao desenvolvimento das atividades empresariais do grupo.

Noutro plano, no tocante à conta Estoque, o Grupo Hiper Farol teve um aumento de 42,57% (quarenta e dois vírgula cinquenta e sete por cento) de novembro de 2019 a fevereiro de 2020, alcançando saldo de R\$ 2.125.415,66 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e seis centavos). É evidente que, tal resultado decorre do cenário de pandemia do Covid-19 instaurado no Brasil e no mundo, que tem superaquecido o segmento de supermercados varejistas, o que ainda deverá afetar diretamente o resultado no próximo mês.



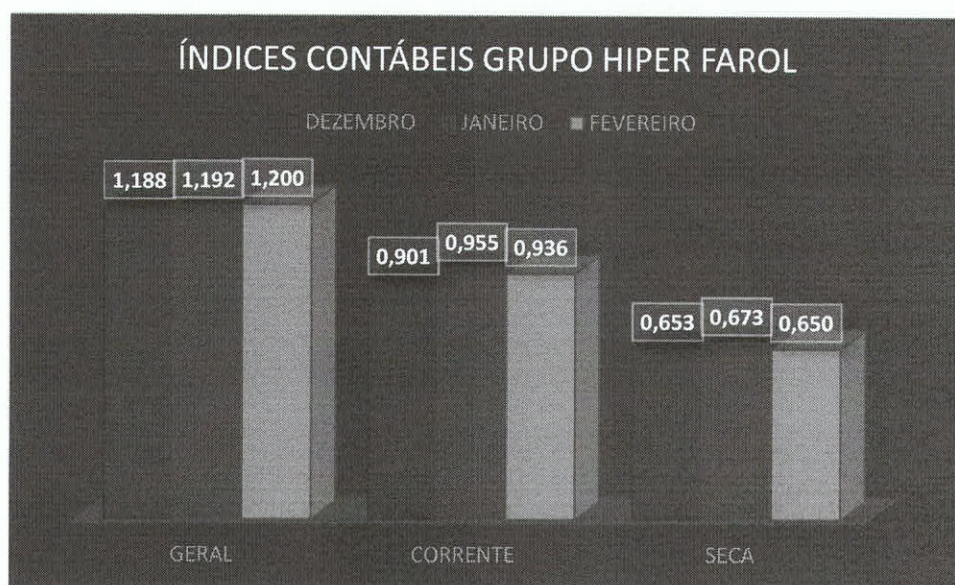
Ademais, no período em análise, houve redução considerável da conta Empréstimos e Financiamentos do Grupo Hiper Farol, tanto de curto, quanto de longo prazo, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



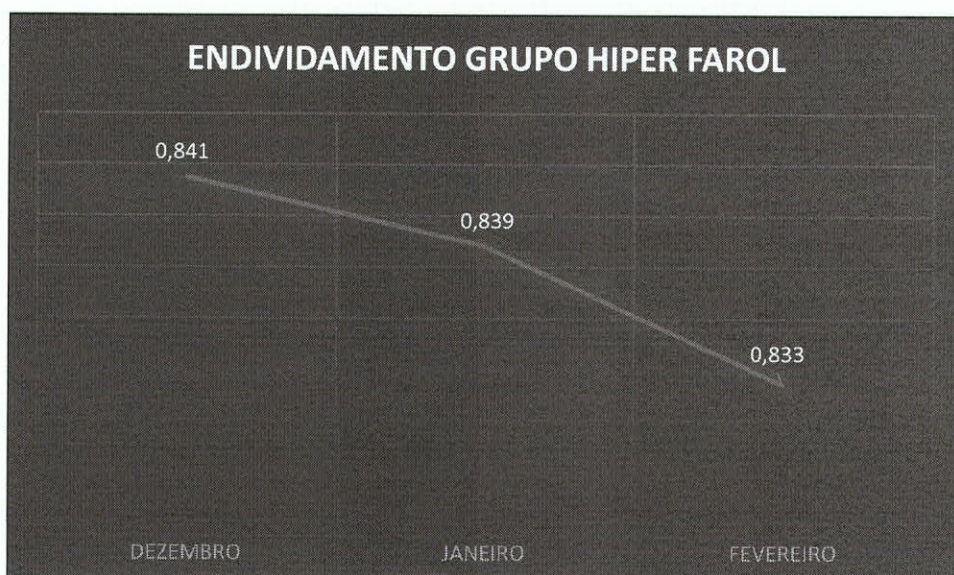
Assim, o Grupo Hiper Farol reduziu seus empréstimos e financiamentos a longo prazo de R\$ 596.432,44 (quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos) para R\$ 66.944,60 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos) no período de 30 dias.

No contexto geral dos empréstimos e financiamentos houve uma redução do longo prazo e um aumento do curto prazo, afetando diretamente o índice de liquidez, o que sinaliza de maneira importante a reestruturação das atividades econômicas das Recuperandas.

Além disso, ainda no âmbito das informações contábeis, é importante destacar a evolução dos índices contábeis do grupo indicando uma constância favorável, próximos do índice ideal 1.

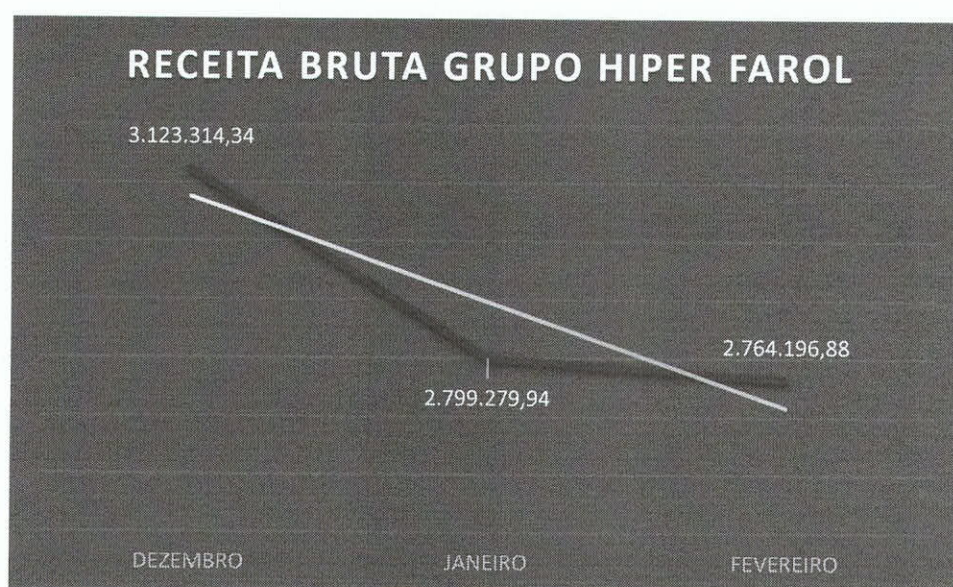


Ratificando os índices contábeis apresentados, verifica-se, sobretudo, a redução dos índices de endividamento, o que sublinha a adequação das medidas de recuperação judicial.



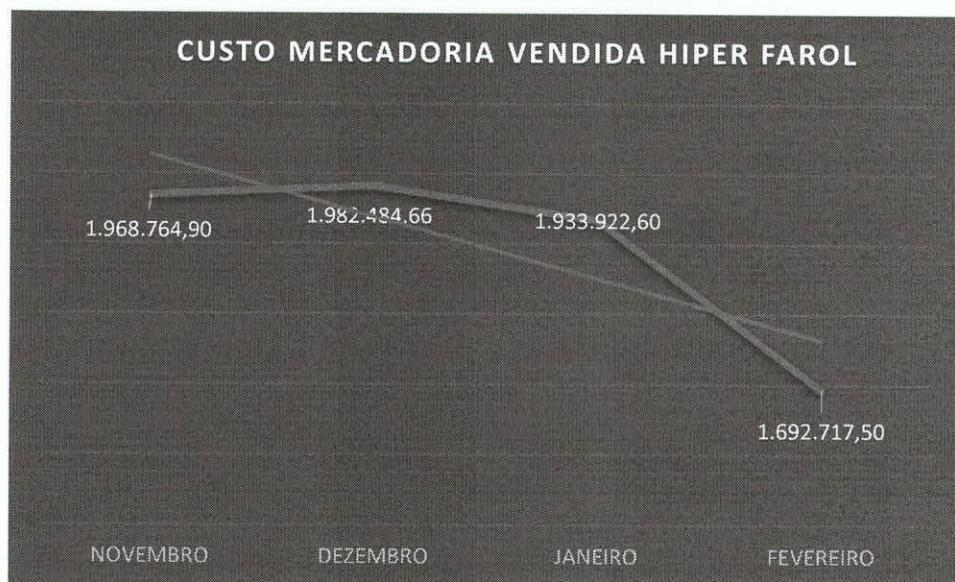
3.2 Informações financeiras

A apuração das variações financeiras, no período em exame, permite identificar uma redução da receita bruta de dezembro de 2019, cujo valor era R\$ 3.123.314,34 (três milhões, cento e vinte e três mil, trezentos e quatorze reais e trinta e quatro centavos) para R\$ 2.764.196,88 (dois milhões setecentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), em fevereiro de 2020, o que indica queda de 11,50% (onze virgula cinquenta por cento).



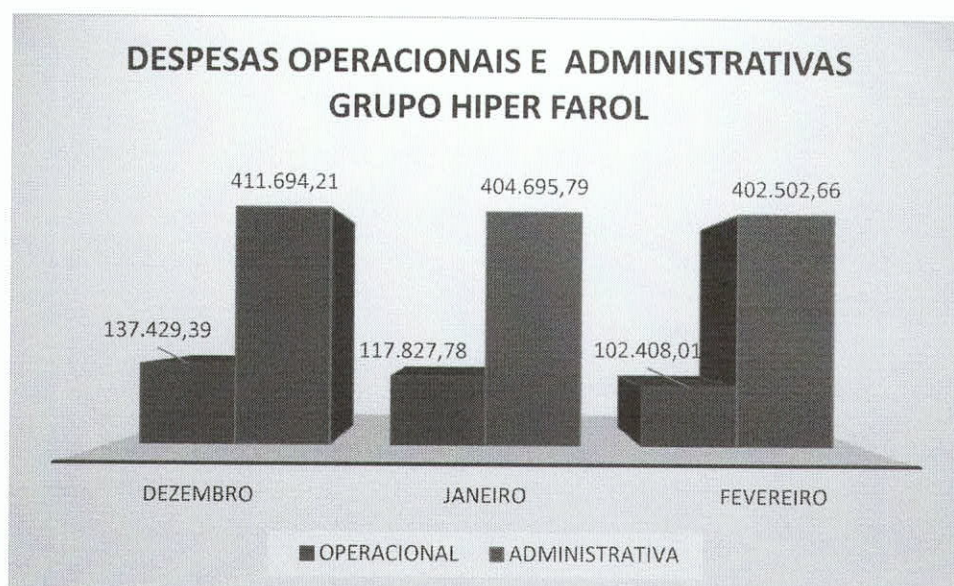
A dita variável tem de ser avaliada “cum grannus salis”, especificamente porque a conta Caixa vem apresentando majoração representativa.

Representado pelo gráfico abaixo, a composição do custo de mercadoria vendida, informação relevante para apuração do resultado final, apresentou queda de 14,02% (quatorze vírgula dois por cento) de novembro de 2019 para fevereiro de 2020.



Esse indicador é relevante para demonstrar o bom trabalho do Grupo Hiper Farol junto aos fornecedores, melhorando as compras e consequentemente obtendo melhores resultados.

Finalmente outro ponto relevante são as despesas operacionais e administrativas, já que ambas tiveram reduções de dezembro de 2019 para janeiro de 2020, o que também favorece o resultado final.



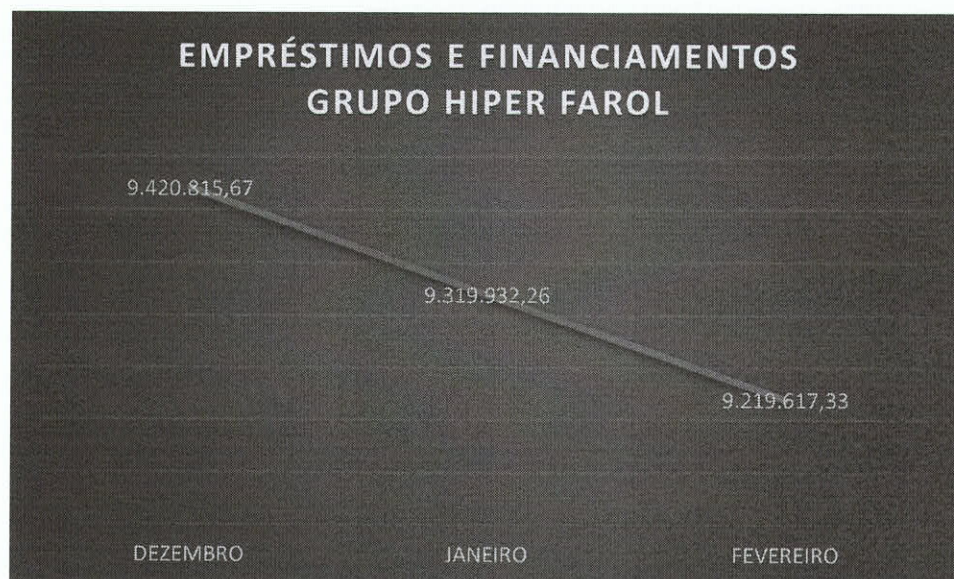
O exame em conjunto das variáveis sinaliza importante quadro de retomada das atividades empresariais.

.4

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

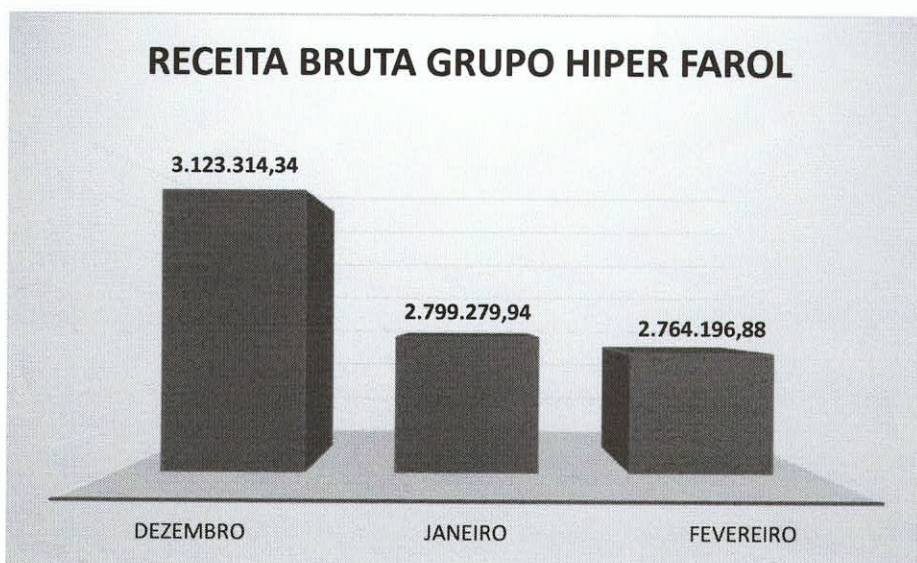
4.1 Captação de financiamento

Avaliando as causas que ensejaram o pedido de recuperação judicial, têm-se a captação de recurso financeiro para construção de uma nova loja, fator crucial para o endividamento do grupo. Entretanto, o Grupo Hiper Farol não tem buscado capital externo, reduzindo mês a mês suas obrigações, como se pode ver no gráfico abaixo, que registra a superação de tal causa da crise.



4.2 Alta dos preços e poder de compra

Citada também como uma das causas ensejadoras do pedido de recuperação judicial, a alta dos preços e queda do poder de compra, apesar da queda do faturamento, restaram superadas pois o Grupo Hiper Farol apresenta projeção para o exercício de 2020 de R\$ 33.380.860,92 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e dois centavos), faturamento acima dos 3 (três) últimos anos.



A redução expressiva do Custo de Mercadoria Vendida, ocorrida em fevereiro de 2020, evidência que o grupo vem se esforçando para reduzir o impacto da alta dos preços e conseguir melhorar seus resultados.

4.3 O caso Covid-19

A apreciação do conjunto de atividades desenvolvidas pelas empresas em recuperação judicial pressupõe, em especial, exame referente à pandemia mundial provocada pelo Covid-19, a qual assume relevância inegável na análise do desempenho das Recuperandas frente as políticas públicas adotadas para contenção do vírus.

O National Bureau Economic Research lançou estudo intitulado *"The Macroeconomics of Epidemics"*, cujo foco foi o exame da interação das decisões econômicas frente a epidemia, identificando como resultado uma recessão de grande escala.

Vale citar ainda o estudo divulgado pelos pesquisadores Sergio Correia, Stephan Luck e Emil Verner, intitulado *"Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu"*, no qual é feita uma análise das medidas governamentais adotadas nos Estados Unidos da América, na época em que o país foi atingido pela epidemia conhecida como "gripe espanhola".

O estudo conclui que, no modelo da abordagem à gripe espanhola, as cidades que implementaram mais rapidamente medidas de intervenção também mitigaram o golpe econômico, retomando sua atividade econômica mais rapidamente que aquelas que não adotaram restrições ou não a fizeram em tempo hábil.

Assim, embora os desdobramentos da pandemia ainda sejam incertos, em análise precoce, a atual situação não afetou substancialmente o Grupo Hiper Farol, tendo em vista sua atuação no ramo de supermercado varejista, portanto, o mercado em que atua indica a possibilidade de aumento, visto que o consumo nos supermercados varejistas permanece, em razão do comportamento do consumidor em estocar alimentos, como segurança para o enfrentamento da crise.

Destarte, é imperioso que o Grupo Hiper Farol acompanhe o desenrolar da pandemia, buscando os melhores meios gerenciais e financeiros para mitigar os eventuais impactos econômicos que comprometam o soerguimento do grupo econômico.

.5

CONCLUSÃO

As análises efetivadas com base nas demonstrações contábeis evidenciam que os indicadores econômicos continuam favoráveis mesmo com queda do faturamento no mês de fevereiro de 2020.

O Grupo Hiper Farol tem se mostrado competente na gestão de seus recursos, expondo uma preparação pretérita ao pedido de recuperação judicial.

De outro modo, ainda que a situação econômica do Grupo Hiper Farol seja otimista, é necessário que essa mesma gestão que tem demonstrado competência, consiga superar a crise do Covid-19, reduzindo ao máximo o impacto econômico.

Por estes fundamentos, reputa esta Administradora Judicial pela necessidade de adequação dos processos pelas Recuperandas devido à crise econômica instaurada no Brasil e no mundo, a fim de manter sua retomada.

Belo Horizonte/MG, 15 de abril de 2020.



Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral

Administradora Judicial
OAB/MG 170.449

**ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA****CNPJ: 31.627.436/0001-39**

ALA OSCAR NIEMEYER, 1033 SALA 423/424 ED. ATLANTA 02-VILA DA SERRA-34006065 NOVA LIMA

Inscrição Municipal: 131008437

Telefone: 38792669 E-mail: tacicampagnaro@hotmail.com

Optante Simples Nacional

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

Nº da Nota:

00000055 Série: AData Emissão **28/02/2020**Data Lançamento **28/02/2020**Sub-Série **ELETRÔNICA**

Município de Nova Lima/MG CNPJ: 22.934.889/0001-17

Praça Bernardino de Lima, 80, Centro CEP: 34000279 Telefone: 3135414345

E-mail: notafiscal@pnl.mg.gov.br

Secretaria da Fazenda/Departamento de Rendas Mobiliárias

ISSQN Retido pelo Tomador: NÃO

Situação: Tributada

É responsabilidade do tomador de serviço verificar a autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica no endereço eletrônico:

<http://novalima.mg.gov.br/para-empresas/>

Código de Controle da Nota Fiscal: {C8CBC55B-27BC-4879-BF46-39231D548FB0}

Destinatário - Tomador

Nome ou Razão Social: HIPER FAROL EIRELI

CPF/CNPJ: 26.341.722/0001-01 Insc. Estadual: 0028457960008

Endereço: AVE OLINDO DE MIRANDA, 940 -CENTRO-39900000 ALMENARA MG BRASIL

Telefone: () E-mail: coto@contabteixeira.com.br

Discriminação do(s) serviço(s)

Aliq. %

Valor Total

REMUNERAÇÃO ADMINISTRADOR JUDICIAL
PARCELA 06/30

2,00

6.440,26

Deduções

ESTE DOCUMENTO NÃO PODE CONTER RASURAS

Competência: 202002 - (Município Incidência: 3144805 - NOVA LIMA - MINAS GERAIS)

Base Cálculo ISS

6.440,26

Valor do ISSQN

128,81

Valor da Nota Fiscal

6.440,26

Observações REMUNERAÇÃO ADMINISTRADOR JUDICIAL
PARCELA 06/30
1714-serviços advocatícios;

Emitido por: CONTRIBUINTE em 28/02/2020 12:17

Nota Fiscal nº:**00000055 Série: A**

Recebi(emos) de ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, o(s) serviço(s) constante(s) na NOTA FISCAL DE SERVIÇOS Nº 00000055 Série : A

Código de Controle da Nota Fiscal: {C8CBC55B-27BC-4879-BF46-39231D548FB0}

NOVA LIMA ____/____/____

Assinatura:



ACERBI CAMPAGNARO
COLNAGO CABRAL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ: 31.627.436/0001-39

ALA OSCAR NIEMEYER, 1033 SALA 423/424 ED. ATLANTA 02-VILA DA SERRA-34006065 NOVA LIMA

Inscrição Municipal: 131008437

Telefone: 38792669 E-mail: tacicampagnaro@hotmail.com

Optante Simples Nacional

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

Nº da Nota:

00000066 Série: A

Data Emissão

31/03/2020

Data Lançamento

31/03/2020

Sub-Série

ELETRÔNICA



Município de Nova Lima/MG CNPJ: 22.934.889/0001-17

Praça Bernardino de Lima, 80, Centro CEP: 34000279 Telefone: 3135414345

E-mail: notafiscal@pnl.mg.gov.br

Secretaria da Fazenda/Departamento de Rendas Mobiliárias

ISSQN Retido pelo Tomador: NÃO

Situação: Tributada

É responsabilidade do tomador de serviço verificar a autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica no endereço eletrônico:

<http://novalima.mg.gov.br/para-empresas/>

Código de Controle da Nota Fiscal: {03256B76-A2B6-407B-AFE8-3ED9A4E3A79B}

Destinatário - Tomador

Nome ou Razão Social: HIPER FAROL EIRELI

CPF/CNPJ: 26.341.722/0001-01

Insc. Estadual: 0028457960008

Endereço: AVE OLINDO DE MIRANDA, 940 -CENTRO-39900000 ALMENARA MG BRASIL

Telefone: ()

E-mail: coto@contabteixeira.com.br

Discriminação do(s) serviço(s)

Aliq. %

Valor Total

REMUNERAÇÃO ADMINISTRADOR JUDICIAL
PARCELA 07/30

2,00

6.440,26

Deduções

ESTE DOCUMENTO NÃO PODE CONTER RASURAS

Competência: 202003 - (Município Incidência: 3144805 - NOVA LIMA - MINAS GERAIS)

Base Cálculo ISS

6.440,26

Valor do ISSQN

128,81

Valor da Nota Fiscal

6.440,26

Observações REMUNERAÇÃO ADMINISTRADOR JUDICIAL
PARCELA 07/30
1714-serviços advocatícios;

Emitido por: CONTRIBUINTE em 31/03/2020 17:17

Nota Fiscal nº:

00000066 Série: A

Recebi(emos) de ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, o(s) serviço(s) constante(s) na NOTA FISCAL DE SERVIÇOS Nº 00000066 Série : A
Código de Controle da Nota Fiscal: {03256B76-A2B6-407B-AFE8-3ED9A4E3A79B}

NOVA LIMA ____/____/____

Nome:

CPF:

Assinatura: